

ROSANGELA AZENHA

**MAQUIAVEL E AS RELAÇÕES ENTRE ÉTICA E POLÍTICA NA
SALA DE AULA NO NÍVEL MÉDIO**

**CURITIBA
2015**

ROSANGELA AZENHA

**MAQUIAVEL E AS RELAÇÕES ENTRE ÉTICA E POLÍTICA NA
SALA DE AULA NO NÍVEL MÉDIO**

Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Práticas
Educativas, do Setor de Educação da
UFPR, como requisito parcial à
obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Wilson de
Oliveira

CURITIBA

2015

RESUMO

Ao nome de Maquiavel, por séculos e até no cotidiano do povo, foi associado e difundido a imagem do maquiavelismo. O qual é caracterizado por uma negatividade como sugerida pela expressão “Old Nick” (velho Nick), a fim de designar o próprio diabo em referência ao seu primeiro nome, Nicolau. Podemos dizer que a leitura unicamente da obra *O Príncipe* pelo público que ignora o conjunto de sua obra produz uma cultura composta de pré-julgamentos negativos em relação ao seu pensamento. Mas, se o público gerador de tais críticas não “esquecesse” de dar um passo adiante, no sentido de examinar as outras obras do autor certamente muitas lacunas seriam dissolvidas. No Ensino Médio é importante o estudo da obra o Príncipe tendo em mente este panorama que circunda o autor, visto que ele marca o início da modernidade no pensamento político. O objetivo deste trabalho é estudar as relações entre Ética e Política no pensamento de Maquiavel. Tendo em vista conceitos como autonomia da política perante as outras esferas de poder, como a religião e a moral, a subordinação da ética a política, rejeição a ética cristã são conceitos do pensamento de Maquiavel que contribuirá para a compreensão da política praticada na atualidade pelos estudantes que cursam o Ensino Médio. Entendendo a metodologia de ensino como um conjunto de atividades que viabilizam o processo educativo. Procuramos propor atividades didáticas que contemplassem técnicas e métodos em correlação direta com o interesse e realidade dos educandos a fim de trabalhar o conteúdo em questão.

Palavras chave: Maquiavelismo; Maquiaveliano; Ética; Política.

ABSTRACT

The name of Machiavelli, for centuries and even in everyday life of the people, was associated with the widespread Machiavellianism image. Which is characterized by negativity as suggested by "Old Nick" (Old Nick) in order to designate the devil himself in reference to his first name, Nicholas. We can say that reading only the work *The Prince* by the public that ignores the totality of his work produces a composite culture of negative prejudgments regarding your thinking. But if the generator of such public criticism did not "forget" to take a step forward, to examine the other works of the author certainly many gaps would be dissolved. In high school it is important to study the work of the Prince in mind this background that surrounds the author, since it marks the beginning of modern political thought. The objective of this work is to study the relationship between ethics and politics in the thought of Machiavelli. In view of concepts such as autonomy of politics towards other spheres of power, such as religion and morality, ethics subordination to politics, rejection of Christian ethics are concepts of the thought of Machiavelli that contribute to the understanding of the practiced policy today by students who attend high school. Understanding the teaching methodology as a set of activities which make the educational process, we seek to offer educational activities that addressed techniques and methods in direct correlation with the interest and reality of students to work on the content in question.

Key-words: Machiavellism, Machiavellian, Ethics, Politics

SUMÁRIO

RESUMO.....	3
INTRODUÇÃO.....	5
1. AS RELAÇÕES ENTRE ÉTICA E POLÍTICA EM MAQUIAVEL.....	15
1.1 Maquiavel vida e obra.....	15
1.2 Características do Pensamento de Maquiavel.....	17
1.3 As relações entre ética e política.....	18
1.4 O ônus da mudança.....	21
2. MAQUIAVEL NA SALA DE AULA.....	23
2.1 Metodologia de Ensino.....	23
2.2 Avaliação.....	24
2.3 Proposta didática para a aplicação do conteúdo: ética e política em Maquiavel.....	28
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
Bibliografia.....	46

INTRODUÇÃO

O Príncipe, de Nicolau Maquiavel (1469-1527) é uma obra que marca a modernidade no pensamento Político. O autor em questão atuou na sua época como político exercendo cargos na diplomacia e na área militar em Florença, na Itália, até a mesma render-se às tropas que destituíram a república para restabelecer o regime monárquico. O seu destino foi o exílio no campo, na cidade de San Casciano, onde todas as manhãs ocupava-se dos afazeres da quinta em que se encontrava “preso”. No período da tarde, o seu passa tempo era o jogo de baralho numa estalagem local com os camponeses da comunidade. Já ao cair da noite usa vestes de gala para conduzir-se, por intermédio, da leitura ao diálogo com pensadores notáveis da história da Filosofia. Ao refletir sobre temas políticos, une ao fértil diálogo com pensadores da antiguidade à extensa experiência do mundo moderno, oriunda de toda uma vida voltada a vida pública.

Por séculos e até no cotidiano do povo, foi criada e difundida a imagem associada a Maquiavel do maquiavelismo, o qual possuía as características da atitude imoral, astuciosa, traiçoeira, as quais transgridem a ética e a moral dos homens. Vários qualificativos foram atribuídos a sua pessoa tal como ateu, defensor da monarquia absoluta, apologista do crime e pagão. Nesse sentido não apenas suas ideias foram condenadas, mas também a sua pessoa. Na linguagem popular encontramos o uso da expressão “maquiavélico (a)” para referir as pessoas cínicas, traiçoeiras, ardilosas que para alcançar seus objetivos usam da mentira assim como da má fé. Até mesmo lhe foi atribuída de modo infundado a frase: “Os fins justificam os meios”. Para se ter uma ideia da magnitude da imagem negativa do maquiavelismo, na Inglaterra surgiu a expressão “Old Nick” (velho Nick), a fim de designar o próprio diabo, fazendo uma referência ao seu primeiro nome, Nicolau. Em suma, o maquiavelismo representava a expressão mais acabada do mal e a força deste mito que já perdura por quatro séculos é o que mais incita a curiosidade. (AMARAL, 2012. p. 26)

Uma razão que poderia explicar esse fato é que assim como tantos outros pensadores Maquiavel integra o grupo cujo nome todo mundo já ouviu

falar, mas que ninguém conhece de fato o conteúdo de suas obras. A leitura mais precisamente do livro *O Príncipe* por aqueles que desconhecem o conjunto de sua produção filosófica gera uma cultura cujo conteúdo é um pré-julgamento negativo sobre suas ideias o qual tem sua origem ligada certamente ao senso comum.

A propagação desta cultura de justificador de violências e arbitrariedades que acabou por desfigurar o pensamento maquiaveliano é o produto de uma leitura descontextualizada de sua obra ou do não conhecimento da totalidade da mesma. É sabido que toda crítica negativa que recai sobre o pensamento maquiaveliano originou-se da leitura e interpretação única e exclusivamente d'*O Príncipe*. “Os comentadores de Maquiavel são implacáveis nas retaliações que fazem ao autor d'*O Príncipe*, mas, muitos deles se “esquecem” de dar um passo adiante, no sentido de examinar as outras obras do autor”. (ESCOREL, Lauro. Introdução ao Pensamento Político de Maquiavel. Brasília, Ed. Unb., 1979, p.61)

O estudo da obra *O Príncipe* de Maquiavel no âmbito do Ensino Médio é de suma importância porque é marca o início da modernidade no pensamento político. Ao ser banido para o campo Maquiavel a escreveu-a logo após Florença sucumbir às tropas que colocaram abaixo a república para restaurar o regime monárquico. É uma obra curta, porém revolucionou o modo como os homens tradicionalmente pensaram a política e a sua relação com a ética, e suscitou um longo debate a seu respeito, que, ninguém pôde depois dela pensar as relações entre ética e política como anteriormente.

O objetivo deste trabalho é revisitar a discussão, a saber, as relações entre Ética e a Política no âmbito do pensamento de Maquiavel. As noções de autonomia da política perante as outras esferas de poder, como a moral e a religião, à rejeição à Ética Cristã, a subordinação da Ética a Política são alguns dos conceitos presentes no pensamento de Maquiavel que auxiliará os estudantes que cursam o Ensino Médio na compreensão da política praticada na atualidade. É importante notar que no século XVI ocorreu por intermédio das reflexões de Maquiavel a elaboração de um novo conceito sobre as relações entre Ética e Política o qual propõe que a primeira é subordinada a segunda.

Assim, é preciso ter como objetivo procurar conduzir os alunos através das seguintes questões: Como Maquiavel concebe a relação entre a Ética e a Política? Como é concebida a relação entre a Ética e a Política na atualidade? Quais são as principais diferenças entre as relações entre a Ética e a Política na atualidade e de antigamente? Há falta de Ética na Política? Por quê? Essas são algumas das questões que poderão ser elucidadas através da leitura do texto teórico escolhido para trabalhar em sala de aula.

Vale dizer que é uma obra muito diferente das suas outras produções. Trata-se de um livro fácil de ler, mas difícil de compreender. Qual é a mensagem que ele deseja realmente transmitir? A recomendação do filósofo é que os príncipes ajam sem respeito pela moral ou pelo contrário busca desmascarar, levantar o véu dos nossos olhos para vislumbrar a imundície deles? Como entender, então, sua obra?

A ideia de Maquiavel é descrever como os príncipes realmente agem, e não como eles deveriam agir:

Há tanta diferença de como se vive e como se deveria viver, que aquele que abandone o que se faz por aquilo que se deveria fazer aprenderá antes o caminho de sua ruína do que o de sua preservação, eis que um homem que queira em todas as suas palavras fazer profissão de bondade perder-se-á em meio a tantos que não são bons. (1998, cap.15)

Nessa passagem Maquiavel busca instruir não só sobre o modo de como se deve agir num mundo em que existem muitos que são maus, este é o seu ponto de partida.

Maquiavel deseja nos instruir, quer abrir nossos olhos. Para tanto, vamos observar como os príncipes de fato agem e, se desejarmos obter sucesso é fundamental agir como eles. Mesmo que aprender a verdade ofenda as nossas quimeras. Esta postura por assim dizer realista é uma característica essencial que marca todo o seu pensamento e que é contrária à corrente do pensamento político antigo e medieval. Sabemos que o autor é conhecido por romper com o pensamento político antigo e medieval ao mesmo tempo em que inicia uma discussão forte sobre as relações entre Ética e Política.

O fim da Idade Média no pensamento político é marcado pela obra de Santo Tomás de Aquino (1225-1240), *Do Governo dos príncipes*. O conceito de *justitia* é central no pensamento medieval tardio, o qual afirma que a cada um deve ser dado o que lhe é devido, mas também que a parte de cada um é diferente. O referido conceito exprime, sem dúvida alguma, uma sociedade hierarquizada, em que uns podem mais e outros, bem menos.

A desigualdade presente entre os membros da sociedade chama-se *justitia*, a qual consiste no seguinte: a ideia de que cada indivíduo recebe a sua parte, convive harmoniosamente com a ideia do rei justo (ou bom). O qual tem por ideal o bom governo. Na vida privada suas condutas são dirigidas pela Ética, por outro lado na vida Política (pública) seu objetivo é realizar o bom governo. Para tanto, as ações que concernem às relações políticas devem ser orientadas pelo conhecimento oriundo da Ética. Dentro desta perspectiva o rei ideal é aquele que aplica a moral nas ações políticas. Podemos observar claramente que para o pensamento medieval os dois saberes, a Ética e a Política se implicam mutuamente.

Recordemos, por exemplo, de como Filipe, o Belo, rei da França, mandou prender e depois executar os cavaleiros templários. Isso nos mostra o quanto ele agiu de maneira cruel e dissimulada. No entanto, o pensamento medieval prega que o rei não deve agir com crueldade e dissimulação, mas sim com vistas ao bem. Ainda que a realização deste bem exija que o rei mande extirpar, um indivíduo mau da sociedade, através da execução. (RIBEIRO, Renato Janine. *Ética e Política na Modernidade*. In: *Filosofia: Estética e Política*, volume 3/organizadores Marcelo Carvalho, Gabrieli Cornelli.—Cuiabá, MT: Central de Texto, 2013.)

Como foi dito anteriormente o seu objetivo e o que ele traz de novo para esse mundo é descrever como os príncipes de fato agem, mostrando que suas ações políticas não possuem fundamentação moral.

De fato Maquiavel pagou um preço alto por isso, pois como já havíamos mencionado sua obra foi prejudgada negativamente havendo inúmeras tentativas em desacreditar seu pensamento que persistiram até o século XIX. Desde então o que se tem buscado não é nem aclamá-lo nem desacredita-lo,

mas sim, avaliar criticamente sua obra, examinando-a em sua inteireza, procurando não se ater a uma obra única do autor.

A cultura de repulsa produzida em torno do pensamento de Maquiavel por aqueles que desconhecem o conjunto da sua obra pode ser explicada através de duas características essenciais do seu pensamento, o realismo extremo como foi mencionado anteriormente e o estabelecimento de uma ética laica, as quais juntas formam uma corrente contrária ao pensamento antigo e medieval. (AMARAL 2012. p 27).

Com o seu realismo extremo Maquiavel rompe com uma tradição cuja origem encontra-se na Grécia Antiga, a de construção de utopias políticas; - segundo Amaral p.28 temos como exemplo de utopias políticas “A cidade de Deus” de Santo Agostinho, “A República” de Platão, “Utopia” de Thomas More etc. para relatar não como o homem deve orientar suas ações, ou ainda como deve ser o governo, mas na verdade descrever como os homens agem e como de fato funciona o governo.

Para levar a cabo tal tarefa o filósofo volta-se para a observação dos fatos, ocupando-se do estudo histórico, principalmente, da Antiguidade, especialmente da Roma Antiga. O estudo histórico conduziu o autor para uma observação bastante radical, isto é, os homens constantemente orientam as suas ações pela via da violência e da corrupção. Maquiavel, antes até mesmo de Hobbes, que dizia que, em estado de natureza o homem é mau, “já constata a propensão do homem ao mal, ao erro e, por isso, ao analisar a ação política sua opção foi pela descrição da verdade efetiva, não se preocupando em ocultar o que se faz e não se costuma dizer.” (AMARAL, 2012, p. 29.)

Certamente a postura realista, anti-utopista característica de toda a obra de Maquiavel, a qual tem a atenção voltada para a verdade efetiva das coisas, o que o conduz a refletir sobre o homem tal qual se apresenta, sem mascarar ou esconder suas reais atitudes acaba por provocar uma cisão com toda a tradição do pensamento medieval cristão.

Como foi dito anteriormente outra característica marcante do pensamento maquiaveliano é o estabelecimento de uma ética laica, a qual

consistia na “rejeição completa ao legado ético cristão da Mediavalidade”. Ao romper com o pensamento político medieval em virtude do vínculo estabelecido entre política à religião, à Igreja Maquiavel ficou historicamente conhecido como o fundador da ciência política. Sendo o primeiro filósofo a tomar a política e analisá-la como uma categoria autônoma. Maquiavel foi tachado por seus detratores de amoralista, por alguns pensarem, que o problema moral não tinha lugar na sua concepção de política. O filósofo seria o símbolo da Política pura. Conforme a análise de Amaral no pensamento de Maquiavel há uma concepção ética presente:

“Mas, se bem observamos o Maquiavel do Príncipe e principalmente o Maquiavel dos Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio, podemos claramente perceber que há uma ética imbrincada no pensamento político maquiaveliano, só que esta é uma ética laica segundo a qual as ações individuais não são julgadas pelo seu grau interno de moralidade, mas pelo efeito político que podem produzir diante de determinada situação de fato. Esta é uma postura muitíssimo diferente, é uma postura de ruptura com a tradição da moral cristã que se apoia em uma concepção de bem e mal, de justo e injusto, cujos conteúdos, preexistem já fixados, não dependendo do exame das situações dadas”. (AMARAL, M. Ensaio Filosóficos, volume VI-Outubro de 2012.p.29)

Maquiavel propõe uma ética em que avalia as ações a partir das suas consequências dos seus resultados. A atividade política será considerada em razão de sua utilidade para a comunidade, isto é, o critério para a análise da atividade política é a sua utilidade para o grupo social. Nesse sentido, será dita moral toda atividade política que objetiva o bem da comunidade Isto por sua vez gera o seguinte problema: A ética estabelecida na prática com base nas relações humanas efetivas, em certo sentido, pode vir a legitimar o recurso ao mal, à guerra, à violência a fim de preservar a harmonia e o bem estar da sociedade. Aqui está um dos motivos para as críticas negativas ao pensamento maquiaveliano. A qual por sua vez é feita ao pensamento do autor sem considerar a sua vida pessoal, quanto o cenário social, político e econômico da Europa, mais precisamente da Itália dos séculos XV e XVI em que ele viveu. (AMARAL, 2012.p.30)

A metodologia de ensino é um conjunto de atividades que viabilizam o processo educativo. Assim, para que o mesmo seja satisfatório é necessário elaborar atividades sobre o tema proposto para as aulas de Filosofia que considerem métodos e técnicas em correlação direta com o interesse e realidade dos alunos. Nesse sentido, o importante é enfatizar que a metodologia adotada deverá estar intimamente relacionada aos objetivos propostos bem como os instrumentos avaliativos porque facilita a mediação entre o conteúdo trabalhado e o comprometimento dos educandos.

É de suma importância refletir acerca da utilização dos métodos e técnicas adotados para executar uma metodologia de ensino. Assim, o uso correto dos métodos de ensino tem por objetivo garantir ao longo do processo de assimilação de conhecimentos e habilidades a atualização das capacidades potenciais dos educandos, a fim de que tenham as condições para adquirir e dominar métodos próprios de aprendizagem. (ABRAMOWICZ, A.; RODRIGUES, T.C.; CRUZ, A.C.J. A diferença e a diversidade na educação. *Contemporânea*, São Carlos, n. 2, p. 85-97, ago.-dez. 2011.)

Vamos a seguir apresentar a indicação de um roteiro de atividades didáticas como proposta de prática na sala de aula observando, em especial, quais os aspectos a considerar ao desenvolver atividades para o Ensino Médio na disciplina de Filosofia. O campo de investigação filosófica na qual se insere a proposta de conteúdo, a saber, Ética e Política no âmbito do pensamento de Nicolau Maquiavel é a Filosofia Política deste modo a discussão relacionada à este campo do saber é algo indispensável às aulas de Filosofia no Ensino Médio. De acordo com as Diretrizes Curriculares de Filosofia (2008, p.58): “As questões fundamentais da prática política perpassam a História da Filosofia, nas obras de grandes pensadores, da antiguidade a contemporaneidade”.

Assim, apresentar aos estudantes do Ensino Médio as ideias dos pensadores clássicos é uma forma interessante de introduzi-los no Universo das Ciências Humanas. Com efeito, muitos estudiosos consideram que solicitar a leitura direta do texto original seja algo denso para estudantes nesse nível de ensino, mas há a possibilidade de apresentar de modo resumido os conceitos (ou requerer a leitura de comentadores, com uma linguagem acessível). Em

todo caso, devem-se orientar os estudantes que tiverem interesse que seja feita a leitura da obra escrita pelo autor debatido. (OLIVEIRA, 2012. p.1)

Deste modo expomos a seguir em linhas gerais o roteiro de quatro atividades didáticas que serão desenvolvidas em cinco aulas (de 45 min), a primeira a ser apresentada utilizando o Power Point é composta de duas etapas. Na primeira etapa faremos uma sensibilização preliminar ao conteúdo a qual consiste basicamente na apresentação da versão em quadrinhos desenhada por Laerte para ilustrar o pensamento de Maquiavel. O objetivo é proporcionar ao estudante uma aproximação inicial com o pensamento do autor de modo a despertar a atenção dos mesmos para com o assunto, ressaltando que o seu entendimento é algo profundamente indispensável para compreensão do cenário político no mundo contemporâneo, ao final de contas ao falar de política na atualidade obrigatoriamente se tratará de Maquiavel. O procedimento desta sensibilização será apresentado com mais detalhes posteriormente.

Na sequência ocorrerá à segunda etapa da primeira atividade didática que consistirá basicamente em uma apresentação sintética contendo as ideias principais do texto, cujo título é Maquiavel e as relações entre a Ética e a Política escrito por Márcia do Amaral. O professor deve apresentar os slides e ao mesmo tempo detalhar o conteúdo de cada um dos itens. Importa observar que, a fim de refrear que ocorra somente a apresentação de textos durante a aula, o que, por sua vez, poderá deixá-la enfadonha, há a sugestão de que na metade da apresentação dos slides seja inserida uma apresentação de algum recurso audiovisual. Como proposta, indico um vídeo, cujo conteúdo público está disponível no site do you tube. O mesmo refere-se à cidade de Florença tendo uma duração de 8 min. O vídeo poderá ser acessado através do link:<http://www.youtube.com/watch?v=ZEr5VAbrRIA>. (OLIVEIRA, 2012. p.2)

Outro aspecto importante do processo educativo é a avaliação. Esta começa antes mesmo da realização das atividades, tratando-se da etapa de planejamento em que o educador analisa o processo educativo na sua inteireza, investigando, antes de tudo, as necessidades, as possibilidades, os recursos e o que mais vai influenciar na execução do planejamento das aulas.

O processo avaliativo ocorre ao longo de todo tempo vivenciado na sala de aula o qual não deverá ser dissociado das vivências cotidianas dos alunos.

Nesse sentido, o ato de avaliar não consiste apenas em conferir um valor numérico a certa atividade, mas trata-se de um meio de ultrapassar os obstáculos que surgem ao longo do processo pedagógico. Deste modo, ao longo das atividades desenvolvidas na sala de aula é importante preocupar-se em utilizar diferentes meios em que os educandos tenham oportunidade de atestar seu aprendizado, realizando relações entre o conhecimento atual que estão adquirindo e a realidade histórica e concreta na qual estão situados. (GATTI, 2003, p.100)

É a luz destas considerações que iremos apresentar a segunda atividade didática que consiste na leitura e formulação de questões por parte dos estudantes baseadas no texto teórico que aborda o tema em discussão, Ética e Política na Modernidade. Os objetivos que esta atividade deverá conduzir os alunos a atingir são os seguintes: visão crítica, hábito de pesquisa, capacidade judicativa, realizar conclusões, formular conceitos, em suma exercitar a reflexão.

A dinâmica utilizada na aula ocorrerá da seguinte maneira: O professor deve propor que os alunos formem grupos de até no máximo cinco componentes. Após isso, o próximo passo será fazer a distribuição das cópias do texto teórico que aborda o tema proposto a ser analisado. Feito isso, na sequência o professor solicitará a sua leitura e discussão do tema em questão. Além disso, o professor orientará os alunos para que os mesmos façam a leitura procurando identificar o seu movimento argumentativo, a fim de posteriormente formularem um conjunto de questões que faça a sua reprodução passo a passo. O questionário devidamente identificado com os nomes dos discentes que o compõe será entregue ao professor para que seja realizada a avaliação das mesmas. (LIMONGI, M. Encontro Presencial Polo Cerro Azul, set. 2016)

A terceira proposta de atividade didática aborda a relação que as Ciências Humanas necessariamente devem ter com as questões chamadas “atualidades”. A dinâmica a ser utilizada na aula tem como ponto de partida a distribuição para os estudantes de cópia de um editorial a ser analisado. Para desenvolver esta proposta de atividade com relação ao tema proposto no texto, a relação entre ética e Política em Maquiavel, sugiro o seguinte editorial,

publicado no Le Monde Diplomatique Brasil, de outubro de 2012 (disponível em <http://www.diplomatique.org.br/editorial.php?edicao=63>). (OLIVEIRA, 2012. p.4)

Nesta atividade os alunos serão convidados a aplicar os conceitos decantados do texto teórico que aborda o tema proposto no contexto do editorial acima selecionado.

A quarta e última proposta de atividade didática abordará a aplicação prática do tema nos exames vestibulares, uma vez que em se tratando de alunos de Ensino Médio não podemos desconsiderar a aplicação do tema estudado nos exames vestibulares para acesso ao ensino Superior. A dinâmica da aula terá como ponto de partida a distribuição para os alunos da lista de exercícios contendo as questões de vestibulares. Após isso, a orientação aos alunos é de que façam a leitura silenciosa das questões e, então deixá-los refletir sobre as questões assim como tentar respondê-las, ao longo de uma aula, ficando o professor a disposição em sala de aula para sanar eventuais dúvidas pontuais que surgirem. (OLIVEIRA, p.6)

A inserção da Filosofia no nível médio implica em um desafio fundamental, ou seja, delimitar qual o seu sentido neste contexto específico. No entanto, esse propósito não pode ser atingido de modo unicamente teórico, mas deverá ser o resultado de uma experiência didática que considere a realidade na qual os alunos estão inseridos. A tarefa que aqui se propõe é oriunda da vontade de tentar fazer da disciplina de Filosofia uma contribuição ao desenvolvimento integral do jovem cursista do ensino médio e que para tanto venha ao encontro das indagações e dos seus interesses com vistas a trabalhar com essas potencialidades a fim de alavancá-las na direção do conhecimento. Isso é fundamental, mas também é necessário suscitar no jovem o desejo ou a curiosidade de aprender a pensar sobre o seu cotidiano, a fim de integrá-los a uma parcela da sociedade civil dotada de uma cultura teórica, dotados de ferramentas do saber, os conceitos para então interpretar e atuar criticamente na sociedade na qual estão inseridos. Nesse sentido, através das temáticas escolhidas é possível criar momentos em sala de aula para a apropriação do material conceitual que contribua para pensar este mundo caótico no qual vivemos. Assim como, buscar desenvolver atitudes que contribuam para uma visão diferenciada da realidade enquanto existe a possibilidade para o exercício da reflexão.

O ensino de Filosofia a nível médio deve despertar no estudante a curiosidade e vontade de conhecer a Filosofia da maneira que ela seja, não apenas uma disciplina a fim de preencher o currículo escolar, mas que oportunize a experiência que o conduza a descobrir suas capacidades de pensar e discernir sobre a vida e o mundo com uma visão diferenciada caracterizada por ideias e atitudes que ultrapassem o mero senso comum. (UNIFRA- Centro Universitário Franciscano. O Ensino de Filosofia no Ensino Médio. Disponível em: <http://jne.unifra.br/artigos/4725.pdf>. Acesso em: 29 de fev. de 2016.)

Ao propor a realização de leitura de textos filosóficos e o estudo dos conceitos de Filosofia Política presentes no capítulo XV da obra o Príncipe de Maquiavel estamos analisando o processo de aprendizagem significativa no ensino da Filosofia no ensino médio. O ensino de Filosofia a nível médio na perspectiva de uma educação emancipadora necessita apropriar-se de metodologias que lhe assegurem as condições de “aprendizagem” dos conceitos filosóficos como condição para a reflexão da existência e reconhecimento do ser no mundo.

1. AS RELAÇÕES ENTRE ÉTICA E POLÍTICA EM MAQUIAVEL

1.1 A vida e a obra de Maquiavel

Compreendemos a aprendizagem como sendo um processo pelo qual o educando investiga e se apropria dos conceitos filosóficos promovendo deste modo uma ressignificação dos mesmos. Calhando até mesmo que uma ideia acerca de um tema como da filosofia política seja “utilizada” como ponto de partida para compreender a vida cotidiana, a sociedade e os diversos aspectos que a constitui.

O Príncipe (1513) de Maquiavel é uma obra que marca a modernidade no pensamento político. Após Florença sucumbir às tropas que derrubaram a República para restaurar a monarquia Maquiavel foi destituído da sua posição política e banido para o campo, onde em poucas semanas escreveu essa obra a qual vale dizer é muito diferente dos seus outros escritos. Durante séculos perdurou a fábula do maquiavelismo constituído pela conduta imoral, astuciosa, traiçoeira que certamente devia ser reprimida, repudiada. As

qualificações recebidas por Maquiavel vão desde ferrenho defensor da monarquia absoluta, pagão, ateu até acusações de apologista do crime. As suas ideias e a sua pessoa se confundiam quando o assunto é a sua condenação. (ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Maquiavel. A Lógica da Força. São Paulo, Ed. Moderna, 1993.(Coleção Logos), p. 9.)

A criação deste símbolo perverso de legitimador de arbitrariedades e violências que, paulatinamente, deturpou para sempre o pensamento maquiaveliano resulta da leitura descontextualizada da mesma ou do desconhecimento sobre o todo de sua obra. É da leitura e interpretação d'O Príncipe que advém o furor crítico que recai sobre o pensamento maquiaveliano. A sua divulgação ocorreu entre tanta polêmica que torna difícil precisar quais foram às reais ideias de Maquiavel sobre os objetivos do Príncipe. O pensamento maquiaveliano, indiscutivelmente, na área da teoria política causou muitas reações negativas.

No entanto, um fato notável é que passa incólume à imensa maioria dos difamadores de Maquiavel, é que quando ocorreu a primeira apresentação do Príncipe ao público o mesmo não suscitou escândalos. Protesto formal nulo, nem mesmo ocorreram debates públicos ou reprovações públicas. Entre os amigos e estudiosos Maquiavel distribuiu cópias manuscritas da sua obra as quais não causaram rumores, o que nos conduz a pensar que a mesma estava de acordo com a prática política da época. Mas, esta situação inicial que poderíamos apontar como total desinteresse pelo Príncipe se transformará completamente. O Cardeal inglês Reginald Cromwell realizou denúncias a Maquiavel pela péssima influência do seu pensamento sobre Thomas Crownell-chanceler da Inglaterra no reinado de Henrique VIII- as acusações são: satanismo, crueldade, ateísmo e despotismo. É o início do corrompimento do pensamento maquiaveliano o qual, por sua vez, sofre ataques posteriores dos jesuítas que imbuídos do propósito de recolocar o Estado sob a autoridade do clero convencem o Papa Paulo IV a colocar as obras do filósofo no index (1559) O Papa inclui as obras de Maquiavel no index em 1559 e essa decisão é confirmada no Concílio de Trento em 1564. (AMARAL, 2012. p.31)

Até o século XIX persistiram os ataques à própria pessoa de Maquiavel e as inúmeras incursões para desvirtuar as suas ideias. Deste

período em diante o que se tem buscado é avaliar criticamente sua obra dentro do contexto da produção do autor e não apenas um único tratado. Outra preocupação importante é de contextualizá-la historicamente, já que ela esta calcada na História Antiga de Roma, bem como na observação empírico do momento histórico vivenciado pelo autor.

O Príncipe é um livro de leitura fácil, fluida, mas difícil de entender, afinal qual é a mensagem que o filósofo deseja transmitir? Quais seriam então, na própria obra de Maquiavel, as características que abririam espaço para tanta polêmica, para tamanha reação opositora?

1.2 Características do Pensamento de Maquiavel

Para Rousseau Maquiavel teria escrito uma enorme paródia dos príncipes, para tomarmos conhecimento das maldades por eles cometidas: “Fingindo dar lições aos reis, deu-as, grandes, aos povos”. Na verdade, somente Rousseau pensava assim porque quase todos os outros leitores achavam que Maquiavel pensava o que dizia (RIBEIRO, Renato Janine. Ética e Política na Modernidade. In: Filosofia: Estética e Política, volume 3/organizadores Marcelo Carvalho, Gabrieli Cornelli.—Cuiabá, MT: Central de Texto, 2013.)

Há duas características que marcam todo o pensamento de Maquiavel as quais contradizem as correntes teóricas do pensamento antigo e medieval, a saber, o estabelecimento de uma ética laica e o realismo.

Maquiavel rompe com a tradição da criação de utopias políticas como já foi mencionado anteriormente para descrever como de fato o homem age e como, de fato, é o governo. Para isso o olhar do filósofo é direcionado nada mais nada menos do que para os fatos, então se aproxima do estudo da História de Roma Antiga. A partir deste estudo realiza uma constatação radical acerca do homem, o qual para o filósofo sempre agiu pelo caminho da violência e corrupção. Maquiavel constata a tendência do homem ao mal, ao erro e, então ao investigar a ação política sua escolha foi pela verdade efetiva não se preocupando em ocultar nada do que se faz. Segundo Amaral para bem

compreender o pensamento maquiaveliano devemos nos reportar ao primeiro parágrafo do capítulo XV d'O Príncipe.

Outro aspecto importante que cumpre ressaltar acerca do pensamento maquiaveliano é a concepção totalmente pessimista de ser humano “é necessário que quem estabelece a forma de um Estado e promulga as suas leis, parta do princípio de que todos os homens são maus, estando dispostos a agir com perversidade sempre que haja ocasião”.(MAQUIAVEL, N. ***Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio***. Brasília, Ed. UnB., 1982,Livro I, Cap. III, p.29). Maquiavel ao contrário de Aristóteles, afirmava que o homem não é um animal social. Os seus instintos são antissociais: ambicioso, traiçoeiro, egoísta, feroz, invejoso e vingativo, o homem só age conforme o bem ou se submete a lei imbuído pela necessidade de sobrevivência.

A segunda característica marcante do pensamento de Maquiavel é a rejeição completa ao legado ético cristão da Medievalidade e a constituição de uma moral laica de base naturalista. Essa rejeição conduzirá a secularização da política, ou seja, o movimento de ruptura com o pensamento político medieval que ligava a política a religião. Justamente por romper os laços da política com a religião que Maquiavel entrou para a história como o fundador da ciência política. Sendo o primeiro pensador a investigar a política como uma categoria autônoma. Este é um ponto importante do pensamento maquiaveliano, visto que ocasionou o surgimento de outro problema: o problema das relações entre ética e política.

1.3 As relações entre ética e política

A grande polêmica que circunda o pensamento maquiaveliano diz respeito as relações entre ética e política estabelecidas pelo autor. Sendo um homem do Renascimento, Maquiavel construiu sua filosofia política partindo da rejeição completa ao legado ético cristão elaborando suas ideias de uma forma totalmente contrária a tradição medieval.

A filosofia cristã, legada pela Idade Média ao Renascimento, concebia o homem como um ser temporal, de vocação social, dotado, porém, de uma destinação extraterrena, isto é, como um ser que vive naturalmente em sociedade, subordinado à lei positiva, mais que deve, antes de mais nada, obedecer à lei natural, colocada acima da própria autoridade do Estado, e que este não deve contrariar, pois ela emana da própria lei eterna. ¹³(SCOREL, Lauro. Op. Cit. , p. 93.)

O estado em Maquiavel não se submete a valores espirituais, transcendentais. O homem não possui direitos naturais, anteriores a constituição da sociedade. Contrariamente, em estado de natureza, o homem vive nivelado aos animais, desconhecendo quaisquer noções de bem ou de mal, de justiça ou injustiça. Maquiavel afirma que a moral e a justiça não preexistem ao estado, mas é o resultado dele em obediência as condições e exigências sociológicas.

A moral e a justiça são subprodutos sociais cuja origem é o instinto de conservação e da necessidade de manter a ordem social pelo Estado.

As normas éticas, como também as leis positivas, a educação e a religião, são meios a que recorre o Estado para instaurar coercitivamente bons costumes na sociedade, para dirigir no sentido do bem comum o egoísmo individual ou para dar forma de moralidade e justiça à fundamental amoralidade da maioria. (SCOREL, Lauro. Op. Cit., p. 95)

Podemos observar que em Maquiavel não há nenhum antagonismo entre moral e política e, também não há nenhuma distinção entre moral pública e moral privada, visto que ambas coincidem no mesmo objetivo, ou seja, o bem da comunidade, ou ao menos o bem do príncipe, o qual se refere ao bem do Estado. As dificuldades entre a política e a moral só aparecem quando certos objetivos políticos requerem a adoção de regras condenáveis pela consciência moral em nome de valores que extrapolam a jurisdição temporal do Estado.

Para que este assunto fique mais claro precisamos observar a distinção feita pelo autor entre “ação virtuosa” e “ação moral”. A ação moral é toda ação manifestamente útil à sociedade, de outro lado a ação imoral é aquela que só tem em vista a satisfação de interesses privados e egoísticos. A ação virtuosa não consiste, jamais, em orientar a ação conforme uma ideia de bem, desinteressadamente, sem ter em vista sua repercussão prática. Segundo Maquiavel a *virtu* funda-se em saber usufruir da ocasião possibilitada pela

“fortuna”, apreciando de modo consciente a situação e as possibilidades de ação, depois logo em seguida escolher os meios mais apropriados para virar realidade a deliberação tomada. Se tivermos em mente o conceito medieval de submissão do homem à vontade de Deus, de renúncia ao mundano e glorificação a contemplação observamos que a *virtu* nada tem em comum com o mesmo. (AMARAL, 2012 p.32)

De acordo com Maquiavel o homem virtuoso enfrenta os maiores riscos, resiste e vence as catástrofes. Ainda a *virtu* poderá utilizar todas as armas a fim de suplantar a “fortuna” (destino). Um homem será bem sucedido quando conseguir agir conforme as exigências do momento, segundo as particularidades de cada situação. Assim, o indivíduo deve agir conforme as exigências criadas pelos fatos concretos.

Segundo Maquiavel não existe a princípio conduta boa ou má. Para o filósofo a política é uma técnica, assim o julgamento das ações do governante só pode ser feita posteriormente, em razão de seu êxito na prática, qual seja a conquista do poder, sua preservação ou favorecer o bem comum.

O conceito de virtude em Maquiavel é destituído de critério moral de avaliação do comportamento humano. O importante para o filósofo é se a ação era adequada a situação vivida e se o objetivo fora alcançado.

Mas, nada impossibilita que a ação virtuosa seja capaz de dotar-se de moralidade. Para isto, o agente deve orientar-se de acordo com a ocasião, mas tendo em vista a realização do bem da sociedade e não ao prazer individual, altamente egoísta de seu bem estar pessoal. Apesar de ser conhecido pela sua visão pessimista do ser humano, Maquiavel é partidário da ideia de que existem indivíduos dotados de uma *virtú* superior, capazes de agir conforme a moral, isto é, indivíduos que sobrepõe o bem individual ao bem comum, consagrando-se integralmente ao bem da pátria. (ESCOREL, Lauro. Op. Cit., p. 99.)

Por fim, a moral em Maquiavel não admite a existência de um Bem ou um Mal preexistente para explicar as ações humanas, porém admite a existência de atos bons ou maus segundo observem ou não o bem da coletividade. Desta maneira em Maquiavel a moral perde a sua autonomia sendo inteiramente absorvida pela política.

Deste modo a contradição que existiu desde a Antiguidade entre moral e política resolveu-se a favor desta última. Para o filósofo a ação política é uma atividade totalmente situada fora dos limites da moral, a qual possui regras próprias. Maquiavel rompe para sempre as amarras de inferioridade teológica e moral, com as quais a Idade Média prendeu o poder temporal e recusa-se a aceitar qualquer valor superior à autoridade do Estado, fonte suprema de justiça e moral. (AMARAL, 2012 p.33)

1.4 O ônus da mudança

Por conceber a política como uma atividade autossuficiente e soberana, desvinculada das questões religiosas, independente da tradição moral cristã, criadora de sua própria ética utilitarista e empírica, cuja medida da virtude pode ser resumida na sentença: agir de acordo com as necessidades do momento aproveitando de todos os recursos que contribuam com eficiência para a manutenção do bem comum; por determinar a separação entre política e ética, beneficiando a primeira e adotando a segunda como um subproduto, que o pensamento de Maquiavel apresenta-se certamente como uma ousada inovação em comparação com o pensamento político anterior.

Desta maneira por sua própria natureza conquista inúmeros opositores ao seu pensamento. (Ver ESCOREL, Lauro.) Estamos defronte da divergência histórica entre a ética de valores transcendentais e as necessidades da prática política. Este dualismo assim como a consciência do homem íntegro são melhores compreendidos a partir do momento que temos presente o fato de que coexistem no homem, tanto as imposições práticas da vida do Estado, e isto vale dizer, tudo aquilo que é ligado a conquista e manutenção do poder, quanto os valores transcendentais da ética cristã da salvação, que cobra do ser humano o sacrifício de todas as privações terrenas, cujo o preço seja o desrespeito dos valores transcendentais. Há então uma clara divisão que ao homem se impõe: os imperativos da ética cristã e as exigências da competição política ou da defesa do Estado.

Maquiavel um assíduo observador das condutas de governantes dos vários principados nos quais a Itália estava partilhada bem como as condutas dos altos escalões da Igreja, registra a extinção do antagonismo entre Ética e Política, ao separar a ética de valores transcendente da realidade histórica do Estado. Ética segundo a qual o político é obrigado a seguir, pois ou bem governaria conforme as pretensões do mundo concreto, ou bem ficava sujeito aos imperativos de valores transcendentes. Como invariavelmente agir de acordo com o imperativo ético conduz ao insucesso político, visto que a prática política, por sua dinâmica, "impõe aos que a praticam uma maleabilidade adequada aos imperativos da realidade histórica, uma capacidade de adaptação e improvisação proporcional às variações frequentes da situação de fato a enfrentar." Sendo um leitor fiel da realidade da prática política vivenciada em seu tempo, Maquiavel simplesmente coloca à luz os fatos tais como se apresentam, sem mascará-los. O filósofo escolhe não ser um homem dividido. Característica que faz o seu pensamento inaceitável para todos, ou pelo menos quase todos. (AMARAL, 2012 p.34)

É provável que Maquiavel tenha atentado que, quando se refere a prática política a pressuposição de valores éticos constituídos “a prioristicamente” e, nesse caso, valores éticos cristãos, só dificultam as escolhas por parte do governante. No entanto, isto é pressuposição, o fato é que o pensamento maquiaveliano reflete fielmente as tendências fundamentais de sua época: o nascimento através da constituição dos principados italianos, das monarquias absolutistas, que exigiam a realização das ações políticas de característica secular e a decadência da moral tradicional, cujo baluarte era a Igreja Católica, deteriorada em seus valores, ao sabor de críticas violentas quanto as suas atitudes.

Embora tenha sido muito criticado, o mérito De Maquiavel está em revelar a real prática política. A forma como ele elaborou uma discussão referente ao problema político sem mascará-lo através de criações utópicas, fez com que o filósofo lançasse os fundamentos da Ciência Política Moderna.

Os pensadores contrários a Maquiavel apontam que o seu erro fundamental reside na não postulação de um substrato ético transcendente a guiar as ações humanas, mas aos nossos olhos, ao requerer uma única ética, aquela vinculada às necessidades do Estado, é tão incoerente quanto o

consentimento quanto a existência de duas éticas: uma que orienta a vida política e a outra que rege a vida privada.

Muitos podem afirmar que Maquiavel tem uma postura bem radical. Sim, isto realmente se confirma, mas talvez ela seja menos dissimulada do que as suposições que afirmam a tese da existência de uma ética a reger a vida do homem público, do governante e outra a orientar a vida do homem comum. (AMARAL, 2012 p.35)

2 .MAQUIAVEL NA SALA DE AULA

2.1 Metodologia de Ensino

Entendendo a metodologia de ensino como um conjunto de atividades que viabilizam o processo educativo. Procuramos propor atividades didáticas que contemplassem técnicas e métodos em correlação direta com o interesse e realidade dos educandos a fim de trabalhar o conteúdo em questão.

Além de sua função educativa a metodologia deve objetivar a formação, em função do processo essencial de emancipação prático-teórica do estudante, onde, por sua vez, deve ser ofertada uma maneira relevante de assimilação crítica do pensamento filosófico, assim como o confronto deste com as necessidades socioculturais, tendo o compromisso de elevar cada vez mais a potencialidade criadora e crítica do educando. . Os métodos e técnicas têm por objetivo motivar e orientar o educando na produção de seus conhecimentos.

Ao tratar da distinção entre técnica e método, consequentemente percebemos a questão da abrangência, isto é, a técnica é uma característica do método, sendo uma atividade componente da metodologia aplicada pelo professor. A qual auxiliará enquanto complemento na busca por atingir as metas previstas ou não. De outro lado, a metodologia consiste no conjunto de estratégias de ensino-aprendizagem, de maneira organizada, objetivando favorecer diversos caminhos para alcançar um propósito, valendo dizer que a mesma deverá adotar um compromisso pedagógico e social com a realidade.

É possível afirmar que toda técnica ou método de ensino-aprendizagem levará o educando a conceituar, julgar, criticar, concluir, diferenciar,

correlacionar, pesquisar, em suma refletir. Podemos apontar como tipos de métodos os seguintes: o expositivo participativo, atividades de pesquisa extraclasse, além disso, colocamos em maior destaque o método de elaboração conjunta e a realização de trabalhos em grupos ou individuais, visto que será o que utilizaremos na proposta de prática na sala de aula. Os objetivos dos métodos e técnicas é motivar e orientar o educando na produção de seus conhecimentos. Com efeito, os métodos sugeridos nesta proposta didática visam contribuir para a diversificação das atividades desenvolvidas na sala de aula, proporcionando um enriquecimento considerável dos atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Ressaltamos que ao trabalhar com uma grande variedade de métodos é preciso observar que isso será positivo na medida em que o professor tenha o domínio desses meios, a fim de tê-los como aliados na condução do processo educativo, produzindo uma motivação nos educandos em relação aos conteúdos de ensino. Dentro desta concepção, buscamos a partir dessa metodologia sistematizar uma prática pedagógica comprometida e coerente com o desenvolvimento integral dos educandos. (ANTUNES, A.; RODRIGUES, T.C.; CRUZ, A.C.J. Perspectivas Contemporâneas na Prática da sala de aula. *Contemporânea*, São Carlos, n. 2, p. 85-97, ago.-dez. 2011.)

2.2 Avaliação

Outro aspecto que devemos considerar no processo educativo é a avaliação. No dia a dia observamos que a avaliação ocorre frequentemente por intermédio de juízos provisórios, opiniões consideradas como linhas de pensamento e que nos auxiliam quando precisamos tomar decisões. Ao desencadear esse processo em sala de aula estamos colocando em ação no campo intelectual e emocional dos educandos seus sentimentos, habilidades, conceitos, contexto social e ideologias.

A finalidade da avaliação é conduzir os processos de aprendizagem escolar, entendendo como eles estão se efetivando, contribuir com informações relevantes para o desenvolvimento do ensino no cotidiano da sala de aula, para o planejamento e replanejamento contínuo das ações pedagógicas de estudantes e docentes, bem como conferir um nível a atingir.

Uma das características mais notáveis desta avaliação é que o avaliador é, simultaneamente, o responsável direto pelo processo que vai avaliar. Ao pensar que está nas mãos do professor que trabalha com os estudantes a avaliação e não profissionais técnicos observamos que: a avaliação precisa ser compreendida como uma atividade contínua e incluir algo que é o produto das atividades, sendo pertinente as atividades e ao seu trabalho. GATTI, 2003, p.103)

Para ser significativa, a avaliação em sala de aula deve ser bem embasada por uma filosofia de ensino que o professor segue.

O ponto de partida da história, para Marx, é a existência de seres humanos reais que vivem em sociedade e estabelecem relações. Para ele, a essência do homem é o conjunto das relações sociais. Assim, a corporeidade natural é uma condição necessária, mas não suficiente. A humanização do ser biológico e específico só se dá dentro da sociedade e pela sociedade.

A educação, na sociedade capitalista, é, segundo Marx, um elemento de manutenção da hierarquia social; ou o que Gramsci denominou como instrumento da hegemonia ideológica burguesa. A igualdade política é algo meramente formal e não passa de uma ilusão visto que a desigualdade social é concreta e inequívoca. Atualmente, a situação não parece ser muito diferente daquela vivida e descrita por eles. Assim, o ensino aparece como instrumento para o conhecimento e também para a transformação da sociedade e do mundo. Este é o potencial e o caráter revolucionário da educação. (Monografia; A Educação Infantil na visão socialista de Karl Marx. Disponível em: <http://pedagogiaaopedaletra.com/a-educacao-infantil-na-visao-socialista-de-karl-marx/>. Acesso em: 26 de fev de 2016.)

Quando se fala em educação nos dias atuais, é importante refletir sobre como a educação pública se efetiva hoje, principalmente quando se tem como único instrumento, em meio das relações do capitalismo, a formação para o trabalho.

A educação se expandiu e independente de classe social, todos têm acesso à educação, porém o ensino direcionado à classe dominante, a burguesia, e à classe trabalhadora continua sendo profundamente diferentes. Essa diferenciação é claramente perceptível dentro das escolas, particularmente na grande maioria das escolas públicas onde se encontra os

filhos da classe trabalhadora sendo preparados para um mercado de trabalho que demanda baixa qualificação:

A escola, daquela estrutura reservada aos jovens das classes privilegiadas, converteu-se, cada vez mais, numa escola aberta também aos jovens das classes subalternas. A velha aprendizagem artesanal desapareceu e o vazio por ela deixado foi ocupado pelo ensino elementar e técnico-profissional e pelo novo aprendizado do trabalho representado pelas escolas de fábrica. Mas a antiga discriminação de classe continua a manifestar-se, mais ou menos acentuada nos vários países, com duas linhas de fratura: uma, “horizontal”, entre os que deixam precocemente as estruturas escolares para ingressar nas estruturas do trabalho, e os que naquelas permanecem ulteriormente para adquirir a ciência; a outra, “vertical”, entre os que estudam na escola desinteressada da cultura, e os que estudam na escola profissional da técnica. A tendência atual é do deslocamento para cima da divisão “horizontal”: dos três anos de escolaridade obrigatória de um século atrás passou-se aos oito anos de hoje [...] (MANACORDA, 1991, p. 128 -129).

Partindo destes princípios o professor pode reunir dados sobre atividades, questões ao longo do seu trabalho, provas, deste modo constituindo um acervo de referência que considere a realidade histórico-social dos educandos para formulação das suas atividades de avaliação dentro do seu processo de ensino. É bem verdade que todo esse trabalho de concentração e tratamento contínuo de informações sobre os meios avaliativos para a sala de aula solicita ao professor um determinado tempo de dedicação, que poderá ser socializado caso a escola disponha de um momento compartilhado de trabalho entre os docentes.

Ao concentrar, analisar e refletir sobre os meios avaliativos que venha a criar os professores, bem como a equipe escolar, podem apurar e melhorar

suas formas de avaliação e, conseqüentemente, serem mais justos na crítica feita nas diversas aprendizagens dos seus alunos.

Na literatura que discute o tema da avaliação há aspectos sugestivos que contribuem com a reflexão sobre como guiar os processos avaliativos em sala de aula. Há aspectos que surgem com certa constância, tais como, em depoimentos de alunos encontram-se afirmações de que nem sempre compreendem como o professor planeja e qual o seu papel na aula para além do simplesmente conferir um valor numérico. Afirmam, ainda que questões com palavras vagas ou questões excessivamente complexa ou detalhadas conduzem à confusão e, o resultado, os alunos não podem demonstrar o que aprenderam sobre a disciplina, mas sim, quanto eles são bons em tentar entender - adivinhar –o que o professor deseja. (Monografia: A Educação Infantil na visão socialista de Karl Marx. Disponível em: <http://pedagogiaaopedaletra.com/a-educacao-infantil-na-visao-socialista-de-karl-marx/>. Acesso em: 26 de fev de 2016).

Isto é válido tanto para questões abertas, itens fechados, nos quais é preciso entender o que cada alternativa quer dizer. Constantemente, neste estudo, a afirmação de que o docente sempre pode formular “pegadinhas” para os alunos, bastando apenas que formule questões com argúcia ou ambíguas ou com alternativas confusas.

Os dados obtidos junto a professores mostram que não existe uma forma única, universal, ou melhor, para avaliar o desempenho dos alunos em sala de aula. As provas são compreendidas pelos professores como um objeto de aferição do grau de aprendizagem, utilizando-a ainda como o único instrumento de avaliação de conhecimentos. Analisando dados de pesquisas com professores observa-se que varia o grau em que estes usam as provas como instrumento de ensino e aprendizagem para obter dados relevantes sobre processo de desenvolvimento escolar dos educandos e sobre como se encontra o seu processo de ensino. É bem verdade que são poucos os professores que realizam essas questões ficando reservada a avaliação o papel limitado de processo de verificação baseado em concepções nem sempre óbvias com relação ao julgamento do quanto os alunos devam ter retido, sintetizado ou inferido dos conteúdos trabalhados. Dada à importância da avaliação no processo de ensino aprendizagem como meio para o auto

desenvolvimento dos alunos, quanto dos professores enquanto profissionais diante de suas formas de ensinar. Deste modo, torna-se claro a importância da atitude do professor diante do processo de avaliação. Cabendo ao professor que deseja obter sucesso pedagógico ter a preocupação de realizar alguns questionamentos ao se propor conceber um instrumento de avaliação; quais sejam: Como formulo minha avaliação? Qual é o papel da avaliação no meu trabalho de ensino? O que estou considerando ao formular o instrumento de avaliação? Como na prática a estou utilizando? (GATTI, 2003, p. 106).

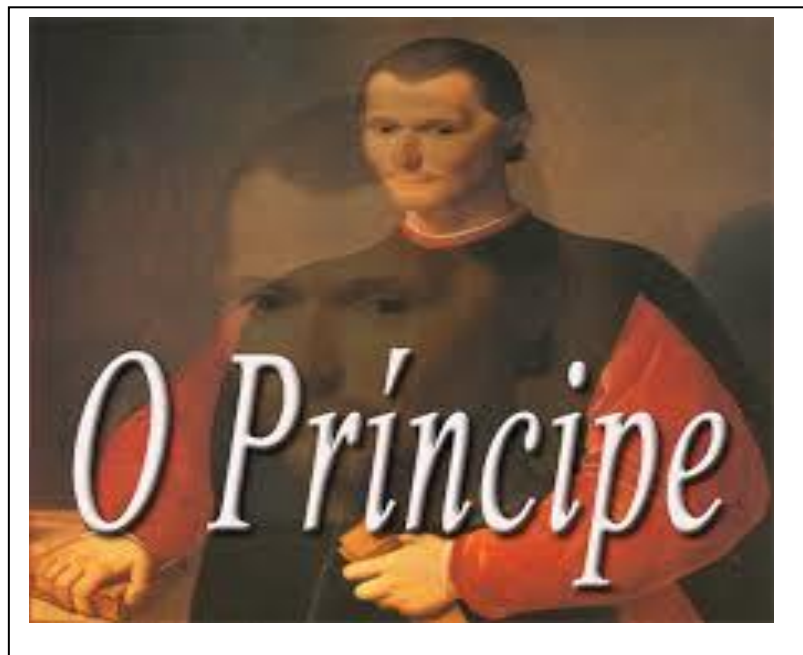
Do ponto de vista do instrumento de avaliação adotado nesta proposta didática, ou seja, o questionário ao final da apresentação do conteúdo Ética e Política no pensamento de Maquiavel, e as questões de vestibulares. É necessário observar alguns critérios importantes que serão estabelecidos para a correção das questões formuladas pelos estudantes. Estes, por sua vez são os seguintes: as questões formuladas com base no texto devem fazer referência ao que realmente foi trabalhado em sala de aula, deverá cobrir o material que o professor trabalhou com os estudantes. Isto é, a avaliação realizada na forma de questões deverá cobrir a maior parte possível do conteúdo do ensino desenvolvido e ser equilibrada com a ênfase que o professor atribui às várias partes do conteúdo. Então, uma vez que diferentes tipos de aprendizagens estão envolvidos no processo de ensino, diferentes tarefas de avaliação deverão ser necessárias para verificar o quê e como os estudantes apreenderam os significados dos conteúdos abordados. Nesse sentido a sugestão de avaliação presente nesta proposta didática será apenas uma das várias opções de avaliações que o professor deverá propor ao longo da vigência de sua disciplina. (GATTI, 2003, p.108)

2.3 Proposta didática para a aplicação do conteúdo: ética e política em Maquiavel

Na sequência ir-se-á apresentar um conjunto de atividades didáticas as quais tem a previsão de cinco aulas (de 45 min) para o desenvolvimento, estas constituem uma proposta de como se trabalhar a disciplina de Filosofia, cujo conteúdo é as relações entre ética e política em Nicolau Maquiavel com alunos do Ensino Médio. A primeira atividade consiste na exposição do

pensamento político de Nicolau Maquiavel. Para tanto a aula terá início primeiramente com uma sensibilização, a qual ocorrerá com a apresentação em Power Point aos alunos da charge do cartunista Laerte. Fonte: <http://www.blogdacompanhia.com.br/2010/06/o-sorriso-de-maquiavel/>. A mesma segue abaixo:

Slide 1:



Slide 2:

A INJÚRIA
DEVE SER FEITA UMA VEZ,
PARA QUE OFENDA MENOS
AO PALADAR.
O BENEFÍCIO, AOS POUCOS,
PARA QUE SEJA
SEM SABOREADO.

PENGUIN COMPANHIA

CLÁSSICOS

O PRÍNCIPE
Nicolau Maquiavel

Prefácio de FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Nicolau Maquiavel (1469-1527) e
as relações entre ética e a política.

Após a projeção do slide acima o professor levantará alguns questionamentos para dar início a abordagem do conteúdo proposto. Tais como: Por que a imagem acima possui dois quadrinhos ao alto? É possível relacionar as imagens dos quadrinho com o pensamento que aparece logo abaixo? O que a imagem de Maquiavel jogando xadrez com o personagem que remete a um político representa? O que ele pretende afirmar com o primeiro e segundo pensamento que são expressos acima?

Slide3:

Na aula de hoje veremos:

- A vida e a obra de Maquiavel;
- Características do Pensamento de Maquiavel;
- As relações entre ética e política;
- O ônus pago pela mudança da visão ética e política;

Slide 4:

Maquiavel:

Vida, obra e contexto histórico

- Nasceu em 1469 e morreu em 1527;
- Viveu na República de Florença;
- Europa vivia uma época de transição entre a Idade Média e Moderna;

O professor deve fazer a apresentação dos slides e ao mesmo tempo procurar detalhar cada uma dos itens. De modo que a apresentação de textos ao longo da aula não fique monótona a sugestão é de que o quarto slide contenha a apresentação de um recurso audiovisual. A sugestão é usar um vídeo cujo conteúdo é público estando disponível no You Tube. O vídeo contém uma apresentação da cidade de Florença com duração de 7 min. O seu acesso pode ser acessado por este link: <http://www.youtube.com/watch?v=ZEr5VAbrRIA>.

Slide 5:



Assim que encerrar o vídeo, o professor fará a contextualização, comentando que o mesmo nos apresentou a cidade atual de Florença, porém contém resquícios na arquitetura da cidade que remetem a época de Maquiavel, as obras dos principais pensadores e artistas citados no vídeo, etc. Então, pode-se entrar, nos vinte últimos minutos da aula, aproximadamente, no pensamento político de Maquiavel. Para tanto continuemos com a apresentação de slides.

Slide 6:

Características do Pensamento de Maquiavel:

- Rousseau defensor de Maquiavel: "Fingindo dar lições aos reis, deu-as, grandes, aos povos".
- Duas características que marcam o pensamento de Maquiavel: ética laica e o realismo;
- Concepção pessimista do ser humano;
- Rejeição completa do legado ético cristão da medievalidade e a constituição de uma moral laica de base naturalista;

Slide 7:

As relações entre ética e a política:

- Rompimento do legado ético cristão;
- Distinção entre "ação virtuosa" e "ação moral";
- O estado em Maquiavel não se submete a valores espirituais,
- Para o filósofo a ação política é uma atividade fora dos limites da moral

Slide 8:

O ônus pago pela mudança da visão ético política vigente:

- O porquê do pensamento de Maquiavel apresentar-se como uma inovação;
- A separação entre a ética da realidade histórica do estado;
- O fundador da Ciência Política Moderna;

Assim, com estes slides e a apresentação de um vídeo curto é possível apresentar resumidamente o tema da aula e preparar os estudantes para as discussões que virão nas aulas seguintes.

A segunda atividade didática consiste na leitura do texto Maquiavel e as relações entre ética e política de autoria de Márcia do Amaral. Os objetivos que esta atividade deverá conduzir os alunos a atingir são os seguintes: visão crítica, hábito de pesquisa, capacidade judicativa, realizar conclusões, formular conceitos, em suma exercitar a reflexão.

A dinâmica utilizada na aula ocorrerá da seguinte maneira: O professor deve propor que os alunos formem grupos de até no máximo cinco alunos. Após isso, o próximo passo será fazer a distribuição para os alunos das cópias do texto teórico que aborda o tema proposto a ser analisado. Feito isso, imediatamente o professor solicitará a sua leitura por parte dos grupos para debaterem sobre o tema específico do texto. Além disso, o professor orientará os alunos que os mesmos (assim que realizarem a discussão) devem ler o texto procurando identificar o seu movimento argumentativo, a fim de formularem um conjunto de questões que faça a reprodução desse movimento,

passo a passo, do texto teórico que aborda o tema em debate. O questionário devidamente identificado com os nomes dos discentes que o compõe será entregue ao professor para que seja realizada a avaliação das mesmas.

A terceira proposta de atividade didática aborda a conhecida relação entre as Ciências Humanas com as questões denominadas “atualidades”, de modo que as discussões sejam contextualizadas com assuntos do cotidiano, pelos quais o país está vivenciando. Com efeito, é uma forma de despertar a atenção dos educandos para com os assuntos que o país vem enfrentando diariamente.

Nesta atividade os alunos serão convidados a aplicar os conceitos decantados do texto teórico que aborda o tema proposto no contexto do editorial selecionado. O objetivo é apresentar um ponto de vista atual do cenário político paulistano (que pode certamente ser considerado um espelho do cenário político brasileiro) buscando estimular os educandos a refletir acerca do referido cenário, a partir de conhecimentos teóricos pré-estabelecidos, a saber, através da leitura de um pensador político, Maquiavel.

A previsão para desenvolvimento da atividade são duas aulas (de 45 min), onde a primeira aula será reservada para a leitura comentada do editorial por parte do professor, e na segunda ocorrerá uma dinâmica em grupo.

A dinâmica utilizada é a seguinte: distribuição para os alunos de cópia do editorial a ser analisado. Depois disso, o professor deverá realizar a leitura do texto em voz alta realizando comentários das passagens que considerar relevante para a discussão a ser realizada em sala. Trata-se do seguinte editorial, publicado no Le Monde Diplomatique Brasil, de outubro de 2012 (disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/editorial.php?edicao=63>).

Uma eleição que disputa valores

Claudius



por Silvio Caccia Bava

Um dos fundamentos da democracia moderna é a separação entre a Igreja e o Estado e a garantia de que o exercício da cidadania política independe das crenças religiosas de cada um. Em contrapartida, o Estado assegura a imparcialidade no trato com as diferentes Igrejas, a liberdade religiosa e a convivência respeitosa entre as diferentes religiões.

Curiosamente estamos vivendo uma situação singular nestas eleições, no Brasil. Uma situação que desafia esse fundamento da democracia. Uma Igreja disputa as eleições: a Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd) quer eleger prefeitos e vereadores através de sua sigla partidária, o Partido Republicano Brasileiro (PRB). Essa afirmação requer duas coisas: primeiro, sua comprovação; segundo, uma reflexão sobre suas implicações. O que significa uma Igreja à frente do poder político? E por que uma Igreja quereria eleger um prefeito?

Já no final dos anos 1980, a Iurd era uma potência. Tinha adquirido a Rede Record de televisão e possuía, segundo seu fundador, Edir Macedo, milhares de pastores e obreiros e milhões de fiéis espalhados por quatro continentes. A Iurd cresce também no Brasil e adentra o mundo da política, integrando o PRB, que tinha como presidente de honra o vice-presidente da República, José Alencar, um católico fervoroso. Em 2006, na primeira eleição disputada pelo PRB, o único deputado federal eleito foi o pastor da

lurd, Léo Vivas. Nas eleições de 2010, o número de deputados federais eleitos passou para oito e foram eleitos dezessete deputados estaduais. Atualmente, a bancada do PRB no Congresso tem nove deputados federais, sete dos quais pastores da lurd.

No plano da vida partidária, em 2011, com a morte de José Alencar, a lurd consolidou seu controle sobre o partido. Marcos Pereira, da lurd e da TV Record, assumiu sua presidência; pelo menos dez dos dezoito membros da Executiva Nacional do PRB são da lurd ou da Record; os sete cargos mais importantes da Executiva estão nas mãos de pastores da lurd; 23 dos 27 presidentes estaduais têm vínculos formais ou com a lurd, ou com a Record.¹

Esses dados tentam demonstrar que, mesmo se os eleitores do PRB forem para além do mundo de seus fiéis, que estão entre os 16 milhões de evangélicos brasileiros, quem se fortalece nesse processo, elegendo seus pastores ou seus representantes, é a lurd.

Se o PRB é controlado pela Igreja Universal do Reino de Deus, sua Executiva Nacional e seus presidentes estaduais são da lurd, as bancadas federal e estaduais eleitas pelo PRB são em sua esmagadora maioria de pastores da lurd, podemos e devemos colocar em questão se esses candidatos, quando eleitos, defenderão os interesses públicos ou os interesses de sua Igreja.

Nestas eleições municipais, o PRB tem candidaturas próprias em quatro capitais: São Paulo, com Celso Russomano; Salvador, com o bispo Márcio Marinho; Maceió, com Galba Novaes; e Boa Vista, com Mecias de Jesus. A legenda pretende eleger de sessenta a oitenta prefeitos e dobrar a bancada de deputados federais em 2014.

Tomemos o exemplo de São Paulo. Como um prefeito que é umbilicalmente ligado à lurd e à Record vai tratar a diversidade sexual, a Parada Gay? Como serão geridas as relações da prefeitura com as entidades assistenciais que prestam serviços às comunidades? Serão privilegiadas as entidades assistenciais afins com a lurd? Haverá proselitismo religioso? E a questão do aborto? Da gravidez precoce?

Não se trata de criminalizar esta ou aquela Igreja. Essas questões, aliás,

não se referem unicamente aos evangélicos, mas apontam para uma necessária distinção entre a natureza da política pública, que deve se orientar pela garantia de direitos para todos, e a natureza das religiões, que afirmam valores morais e regras de conduta que, em muitos casos, se chocam com a necessária pluralidade cultural e de valores que são riqueza e patrimônio de cidades como São Paulo. Afinal, qual é a cidade que a gente quer?

Silvio Caccia Bava

Diretor e editor-chefe do Le Monde Diplomatique Brasil

1 Ler Cláudio Gonçalves Couto, “Russomano, o católico”, *O Estado de S. Paulo*, 18 set. 2012, p.A2

Depois da leitura comentada do editorial o professor deve sugerir que a sala forme grupos de até cinco pessoas para discutir sobre temas específicos presente no editorial. O professor deve estimular os estudantes a formular as suas próprias questões, auxiliando os nesse sentido. É possível propor questões formuladas pelo próprio professor para complementar as que os educandos formularam. Caso, os estudantes tenham dificuldade em realizar as suas próprias questões. Nos últimos vinte minutos de aula, as conclusões de cada grupo devem ser discutidas coletivamente. A seguir apresentamos um exemplo de um tipo de questão a ser trabalhada com os educandos:

As votações das leis no Congresso Nacional são influenciadas pela religião? Caso, o professor a utilize no debate, ele deverá estar preparado para possíveis assuntos, tais como: o medo de abordar temas polêmicos como o aborto ou descriminalização de drogas, uma vez que é possível ocasionar a perda de votos.

A quarta e última proposta de atividade didática versa sobre a presença da Filosofia nos exames de acesso as universidades. É preciso conscientizar os alunos no Ensino Médio que a Filosofia vem aparecendo nos vestibulares das grandes universidades públicas. O objetivo é trabalhar em sala de aula a resolução de questões a partir dos modelos exigidos pelos exames de admissão de instituições de ensino superior público. O desenvolvimento da atividade didática ocorrerá em duas aulas (de 45 min), onde a primeira

reservada para a resolução da lista de exercícios, pelos estudantes, e a segunda para a correção oral coletivamente pelo professor, apresentando as respostas corretas e esclarecendo o porquê de cada alternativa estar errada ou certa.

Assim, apresentamos a seguir uma proposta de lista de exercícios a serem trabalhados em sala:

(UNICAMP – 1999) Sobre o governo dos príncipes, Nicolau Maquiavel, um pensador italiano do século XVI, afirmou:

O príncipe não precisa ser piedoso, fiel, humano, íntegro e religioso, bastando que aparente possuir tais qualidades. (...) Um príncipe não pode observar todas as coisas a que são obrigados os homens considerados bons, sendo frequentemente forçado, para manter o governo, a agir contra a caridade, a fé, a humanidade, a religião (...). O príncipe não deve se desviar do bem, se possível, mas deve estar pronto a fazer o mal, se necessário. (Adaptado de Nicolau Maquiavel, O Príncipe, em Os Pensadores, São Paulo, Nova Cultural, 1996.)

A partir do texto, responda:

- a) Qual o maior dever do príncipe?
- b) Como o príncipe deveria governar para ter êxito?
- c) De que maneira as ideias de Maquiavel se opunham à moral cristã medieval?

Resposta:

- a) O maior dever do príncipe era manter o governo ou o Estado.
- b) O príncipe, segundo Maquiavel: (1) não precisa ser bom (ou piedoso, fiel, humano, íntegro), (2) ele aparenta ser bom (ou seja, usa da hipocrisia), e (3) deve estar pronto a fazer o mal.
- c) Maquiavel rompe com os princípios morais cristãos ao justificar a hipocrisia, a violência e a dissimulação em função dos interesses do Estado (ou do príncipe). A esses interesses estavam subordinados até mesmo a fé e a religião. Ao contrário do que pregava a moral cristã, Maquiavel propunha que

os atos políticos fossem julgados pelas suas consequências e não por princípios éticos predeterminados ou preocupação com a punição divina.

(UEL – 2004) “O *maquiavelismo* é uma interpretação de *O Príncipe de Maquiavel*, em particular a interpretação segundo a qual a ação política, ou seja, a ação voltada para a conquista e conservação do Estado, é uma ação que não possui um fim próprio de utilidade e não deve ser julgada por meio de critérios diferentes dos de conveniência e oportunidade.”

(BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no pensamento de Immanuel Kant*. Brasília: Editora da UNB, 1984.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o tema, para Maquiavel o poder político é:

- a) Independente da moral e da religião, devendo ser conduzido por critérios restritos ao âmbito político.
- b) Independente da conveniência e oportunidade, pois estas dizem respeito à esfera privada da vida em sociedade.
- c) Dependente da religião, devendo ser conduzido por parâmetros ditados pela Igreja.
- d) Dependente da ética, devendo ser orientado por princípios morais válidos universal e necessariamente.
- e) Independente das pretensões dos governantes de realizar os interesses do Estado.

Resposta: A – Como vimos no exercício anterior, Maquiavel propunha que os atos políticos fossem julgados pelas suas consequências e não por princípios éticos (ou morais) predeterminados ou preocupação com a punição divina.

(UEM – 2008) Maquiavel inaugura o pensamento político moderno. Seculariza a política, rejeitando o legado ético-cristão. Maquiavel tem uma visão do homem e da política como elas são e não como deveriam ser. A política deve ater-se ao real, deve preocupar-se com a eficiência da ação e não teorizar, como fazia Platão, sobre a forma ideal de governo. Assinale o que for correto.

01) Para Maquiavel, o príncipe virtuoso é aquele que governa com justiça, estabelecendo, entre seus súditos, a igualdade social e uma participação político-democrática.

02) Maquiavel redefine as relações entre ética e política, não julga mais as ações políticas em função de uma hierarquia de valores dada de antemão, mas em função da necessidade dos resultados que as ações políticas devem alcançar.

04) Maquiavel faz a apologia da tirania, pois considera ser a forma mais eficiente de o príncipe manter-se no poder e garantir a segurança da ordem social e política para seus súditos.

08) Na concepção política de Maquiavel, não há uma exclusão entre ética e política, todavia a primeira deve ser entendida a partir da segunda. Para ele, as exigências da ação política implicam uma ética cujo caráter é diferente da ética praticada pelos indivíduos na vida privada.

16) Para Maquiavel, a sociedade é dividida entre os grandes, isto é, os que possuem o poder político e econômico, e o povo oprimido. A sociedade é cindida por lutas sociais, não pode, portanto, ser vista como uma comunidade homogênea voltada para o bem comum.

Resposta: Estão corretos os itens 02, 08 e 16. Maquiavel estabelece a autonomia da política, refutando a anterioridade das questões morais na avaliação da ação política. Ele não avalia as ações em função de uma hierarquia de valores dados *a priori*, mas sim em vista das consequências, dos resultados das ações políticas, sendo essa a ideia expressa na afirmativa 02.

A afirmativa 08 nos leva à reflexão sobre a situação dramática e ambivalente do homem de ação: se o indivíduo aplicar de forma inflexível o código moral que rege sua vida pessoal à vida política, sem dúvida acolherá fracassos sucessivos, tornando-se um príncipe incompetente, o que acaba por aplicar-se na afirmativa 16 cujos critérios da ética política precisam ser revistos conforme as circunstâncias e sempre tendo em vista os fins coletivos.

(UEL 2009) [...] *como é meu intento escrever coisa útil para os que se interessarem, pareceu-me mais conveniente procurar a verdade pelo efeito das coisas, do que pelo que delas se possa imaginar. E muita gente imaginou*

repúblicas e principados que nunca se viram nem jamais foram reconhecidos como verdadeiros. Vai tanta diferença entre o como se vive e o modo por que se deveria viver, que quem se preocupar com o que se deveria fazer em vez do que se faz aprende antes a ruína própria, do que o modo de se preservar; e um homem que quiser fazer profissão de bondade é natural que se arruíne entre tantos que são maus. Assim, é necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade. (MAQUIAVEL, N. O Príncipe cap. XV. “Coleção Os pensadores”. São Paulo: Abril Cultural 1973. p. 69.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o pensamento de Maquiavel acerca da relação entre poder e moral, é correto afirmar:

- a) Maquiavel se preocupa em analisar a ação política considerando tão somente as qualidades morais do Príncipe que determinam a ordem objetiva do Estado.
- b) O sentido da ação política, segundo Maquiavel, tem por fundamento originário e, portanto, anterior, a ordem divina, refletida na harmonia da Cidade.
- c) Para Maquiavel, a busca da ordem e da harmonia, em face do desequilíbrio e do caos, só se realiza com a conquista da justiça e do bem comum.
- d) Na reflexão política de Maquiavel, o fim que deve orientar as ações de um Príncipe é a ordem e a manutenção do poder.
- e) A análise de Maquiavel, com base nos valores espirituais superiores aos políticos, repudia como ilegítimo o emprego da força coercitiva do Estado.

Resposta: D - Maquiavel pode ser considerado como o primeiro cientista político moderno, justamente por pensar a política a partir de suas demandas internas, e não por um julgamento moral ou religioso. Nesse sentido, na obra *Príncipe*, ele analisa como a política deve ser orientada no sentido da conquista e da manutenção do poder.

(UEL 2010) Leia o texto de Maquiavel a seguir:

Todo príncipe prudente deve não só remediar o presente, mas prever os casos futuros e preveni-los com toda a perícia, de forma que se lhes possa facilmente levar corretivo, e não deixar que se aproximem os acontecimentos, pois deste

modo o remédio não chega a tempo, tendo-se tornado incurável a moléstia. [...] Assim se dá com o Estado: conhecendo-se os males com antecedência o que não é dado senão aos homens prudentes, rapidamente são curados [...]

(MAQUIAVEL, N. O Príncipe: Escritos políticos. São Paulo: Nova cultural, 1991, p.12.)

Nas ações de todos os homens, máxime dos príncipes, onde não há tribunal para recorrer, o que importa é o êxito bom ou mau. Procure, pois, um príncipe, vencer e conservar o Estado. Os meios que empregar serão sempre julgados honrosos e louvados por todos, porque o vulgo é levado pelas aparências e pelos resultados dos fatos consumados. (MAQUIAVEL, N. O Príncipe: Escritos políticos. São Paulo: Nova cultural, 1991, p.75.)

Com base nos textos e nos conhecimentos sobre o pensamento de Maquiavel acerca da polaridade entre *virtú* e fortuna na ação política e suas implicações na moralidade pública, considere as afirmativas a seguir:

- I. A *virtú* refere-se à capacidade do príncipe de agir com astúcia e força em meio à fortuna, isto é, à contingência e ao acaso nas quais a política está imersa, com a finalidade de alcançar êxito em seus objetivos.
- II. A fortuna manifesta o destino inexorável dos homens e o caráter imutável de todas as coisas, de modo que a *virtú* do príncipe consiste em agir consoante a finalidade do Estado ideal: a felicidade dos súditos.
- III. A *virtú* implica a adesão sincera do governante a um conjunto de valores morais elevados, como a piedade cristã e a humildade, para que tenha êxito na sua ação política diante da fortuna.
- IV. O exercício da *virtú* diante da fortuna constitui a lógica da ação política orientada para a conquista e a manutenção do poder e manifesta a autonomia dos fins políticos em relação à moral preestabelecida.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- b) Somente as afirmativas II e III são corretas.
- c) Somente as afirmativas II e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas I, III e IV são corretas.

Resposta: A (as afirmativas I e IV são corretas) - Por *virtú*, Maquiavel entende a capacidade pessoal de dominar os eventos, de alcançar um fim objetivado, por qualquer meio; por fortuna, entende o curso dos acontecimentos que não dependem da vontade humana. O critério maquiavélico para distinguir a boa política da má é o seu êxito. O êxito é medido pela capacidade de manter o estado em estabilidade. Para Maquiavel, o bom governante é aquele que, embora possa ter conquistado o poder por meios criminosos, consegue depois mantê-lo.

(UNESP 2011) *“Três maneiras há de preservar a posse de Estados acostumados a serem governados por leis próprias; primeiro, devastá-los; segundo, morar neles; terceiro, permitir que vivam com suas leis, arrancando um tributo e formando um governo de poucas pessoas, que permaneçam amigas. Sucede que, na verdade, a garantia mais segura da posse é a ruína. Os que se tornam senhores de cidades livres por tradição, e não as destroem, serão destruídos por elas. Essas cidades costumam ter por bandeira, em suas rebeliões, tanto a liberdade quanto suas antigas leis, jamais esquecidas, nem com o passar do tempo, nem por influência dos favores que receberam. Por mais que se faça, e sejam quais forem os cuidados, sem promover desavença e desagregação entre os habitantes, continuarão eles a recordar aqueles princípios e a estes irão recorrer em quaisquer oportunidades e situações”.* (Nicolau Maquiavel. Publicado originalmente em 1513. Adaptado.)

Partindo de uma definição de moralidade como conjunto de regras de conduta humana que se pretendem válidas em termos absolutos, responda se o pensamento de Maquiavel é compatível com a moralidade cristã. Justifique sua resposta, comentando o teor prático ou pragmático do pensamento desse filósofo.

Resposta: O pensamento de Maquiavel é célebre por ter rompido com a moralidade cristã da época – é bom lembrar que estamos falando da época do Renascimento, quando as explicações religiosas começam a ceder espaço para o pensamento racional, baseado na capacidade humana de explicar o mundo. Deste modo, Maquiavel é racional e totalmente pragmático, elaborando um tratado político – “O príncipe”, do qual provavelmente foi retirado esse excerto – que funciona como uma espécie de manual, com conselhos

extremamente práticos e realistas para se obter e manter o poder, sem menção a qualquer restrição de ordem moral.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sociedade capitalista contemporânea a educação reproduz o sistema dominante, tanto ideologicamente quanto nos níveis técnico e produtivo. Na concepção marxista, a educação assume um caráter dinâmico, transformador, tendo sempre o ser humano e sua dignidade como ponto de referência.

No Brasil, o sistema educativo vem confirmando o que se diz sobre reprodução, exclusão e dominação. Projetos político-pedagógicos até existem e são propostos, mas são postos em andamento aqueles que legitimam o sistema e não representam para ele uma ameaça. A educação é um campo da atividade humana e os profissionais da educação não contribuíram nesse campo seguindo ideias próprias, em conformidade com as condições reais consolidadas nas diferentes formações sociais.

Para Mézaros, ao pensar em educação na perspectiva da luta emancipatória, não poderia restabelecer os vínculos entre educação e trabalho, como que afirmando: diga-me onde está o trabalho que eu direi onde está a educação. Em uma sociedade do capital, o sistema educacional, mais ainda quando público, além de servir para as lutas contra a alienação ajuda a decifrar os enigmas do mundo.

A visão que se tem quando se depara com práticas pedagógicas, nos dias atuais, tradicionais e profissionais da educação que se encontram alienados ao processo de uma pedagogia libertadora é que a escola precisa ser urgentemente reformulada tanto em conceitos quanto em práticas. Ela precisa deixar de ser ideologicamente elitista para se tornar uma escola libertadora e transformadora.

O aluno continua sendo o sujeito que apenas recebe conhecimento, conteúdo, no entanto não tem a liberdade para desenvolver seu senso crítico, de modo que a escola tradicional continua criando futuros cidadãos alienados.

Comprova-se isso através das escolas encontrarem-se ainda com carteiras em fileiras, currículo pré-estabelecido pela mantenedora, aonde já

vem conteúdos, objetivos e até mesmo sugestões de atividades pré-estabelecidas.

Ao mesmo tempo observa-se que sem um processo educativo intencional, no qual proporciona a alienação dos profissionais da educação quanto a uma prática pedagógica construtiva, a comunidade escolar, os sujeitos em desenvolvimento também ficam alienados do movimento de transformação, onde o desafio seria construir uma escola, de modo que deixasse de ser um espaço das elites e passasse a ser um lugar de formação do indivíduo, qualquer indivíduo, preparando-o para uma atuação social mais ativa e crítica.

Nesse contexto, educacional atual sem a aplicação de uma *pedagogia revolucionária*, não poderá haver uma prática pedagógica, onde deve ser tirado do papel todos os conceitos de que desenvolvem no estudante suas competências e habilidades.

É necessária uma prática, de forma em que realmente o estudante tenha a capacidade de aprender fazendo e o professor passe a ser o agente orientador da transformação.

Enfim, na perspectiva marxista, a educação é um instrumento mobilizador para o exercício da plena cidadania. É preciso superar uma sociedade voltada à produção aos bens de consumo, que despreza a natureza humana e histórica. O ser humano precisa ser respeitado em sua totalidade, em suas potencialidades, modo de expressão e de pensar, ter o direito a uma educação igualitária baseada em princípios de emancipação individual e social, de modo a exercer plenamente sua cidadania.

4. Bibliografia

AMARAL, Marcia Do. Maquiavel e as relações entre ética e política. [S.L.]: Ensaios Filosóficos, 2012. 37 p.

MENDES, Ademir Aparecido Pinhelli; , Edson Teixeira De Rezende. Neseef. Curitiba-PR: NESEF FIL ENS., 2013. 14 p.

RODRIGO, Lidia Maria. A filosofia e seu ensino- caminhos e sentidos. [S.L.]: Unicamp, 2012. 8 p.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Maquiavel. A Lógica da Força**. São Paulo: Ed.Moderna, 1993, (Coleção Logos).

ESCOREL, Lauro. **Introdução ao Pensamento Político de Maquiavel**. Brasília: Ed.Universidade de Brasília, 1979.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Ed.Civilização Brasileira, 3ª ed., 1978.

LARIVAILLE, Paul. **A Itália no tempo de Maquiavel: Florença e Roma**. Coleção A Vida Cotidiana. São Paulo: Companhia da Letras, 1988.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

_____. **O Príncipe**. São Paulo: Hemus Livraria Editora Ltda., s.d. QUIRINO, Célia Galvão e SOUZA, M. Tereza Sadeck R. de Souza. (org.). **O Pensamento Político Clássico**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor Ltda., 1980.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Pensadores Sociais e História da Educação**/organizado por Luciano Mendes de Faria Filho. - 2ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1984.

GATTI, Bernardete A. O professor e a avaliação em sala de aula. **Estudos em avaliação educacional**, n. 27, p. 97-114, 2003.

HOBBSBAWN, Eric J. **A Era do Capital**, ed. Paz e Terra, 2012.

IMBERNÓN, Francisco (org.). **A educação no século XXI**. Os desafios do futuro imediato. Editora Grão, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

MANACORDA, Mario A. **Marx e a pedagogia moderna** Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. Boitempo Editorial, 2004.

_____. Teses contra Feurbach. In: MARX. **Os pensadores**. São Paulo: Abril, 1978.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**, ed. Paz e Terra, 2000.

_____. **A Ideologia Alemã**. 11. ed. São Paulo: Hucite.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2006.

OLIVEIRA, J. A. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas-FFLCH, 2012. Disponível em: <http://ensinosociologia.fflch.usp.br/> Acesso em: 25 fev de 2016.